



TRT
21ª Região

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 21.ª REGIÃO

CONCURSO PÚBLICO

NÍVEL SUPERIOR

CARGO

2

TURNO

MANHÃ

ANALISTA JUDICIÁRIO — ÁREA: JUDICIÁRIA

Caderno de Provas

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno de provas, confira inicialmente se os seus dados pessoais, transcritos acima, estão corretos e coincidem com o que está registrado na sua folha de respostas. Confira também o seu nome em cada página numerada deste caderno. Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de itens indicada em sua folha de respostas, correspondentes às provas objetivas. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito ou apresente discordância quanto aos seus dados pessoais, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- 2 Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva, no espaço apropriado da **folha de respostas**, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:
Repartir o conhecimento é uma forma de alcançar a imortalidade.
Conforme previsto em edital, o descumprimento dessa instrução implicará a anulação das suas provas e a sua eliminação do concurso.
- 3 Não utilize lápis, lapiseira (grafite), borracha e(ou) qualquer material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE/UnB.
- 4 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 5 Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas — e ao preenchimento da folha de respostas.
- 6 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e deixe o local de provas.
- 7 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno ou na folha de respostas poderá implicar a anulação das suas provas.

OBSERVAÇÕES

- Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448-0100; Internet – www.cespe.unb.br.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

- De acordo com o comando a que cada um dos itens a seguir se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Nos itens que avaliam conhecimentos de informática, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração padrão, em português, que o *mouse* está configurado para pessoas destros, que expressões como **clicar**, **clique simples** e **clique duplo** referem-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse* e que **teclar** corresponde à operação de pressionar uma tecla e, rapidamente, liberá-la, acionando-a apenas uma vez. Considere também que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

1 A Declaração Universal dos Direitos Humanos, com
um preâmbulo de sete “considerandos” e com trinta artigos, é
um documento histórico, uma carta de intenções e também uma
4 denúncia de tudo o que, ao longo de milênios, a humanidade
deixou de fazer. Hoje, a sexagenária declaração ainda é muito
boa, mas tem lacunas, resultantes de sua temporalidade, e
7 precisa ser acrescida, complementada, aperfeiçoada, além de
ser cumprida — é óbvio —, afirmando novos valores, que
atendam a novas demandas e necessidades.

10 A declaração não previu que o desenvolvimento
capitalista chegasse à sua atual etapa de globalização e de
capitais voláteis, especulativos, que, sem controle, entram e
13 saem de diferentes países, gerando instabilidade permanente
nas economias periféricas. Talvez fosse o caso de se afirmar,
agora, o direito das nações de regulamentarem os investimentos
16 externos e de se protegerem contra a especulação internacional,
que fragiliza e subordina economias nacionais. Não é
admissível que grupos privados transnacionais — não mais do
19 que três centenas —, com negócios que vão do setor produtivo
industrial ao setor financeiro, passando pela publicidade e pelas
comunicações, sejam, na verdade, o verdadeiro governo do
22 mundo, hegemonzando governos e nações, derrubando
restrições alfandegárias, impondo seus interesses particulares.
A declaração, marcadamente humanista e sociopolítica, não
25 imaginou o neoliberalismo deste fim de século, com sua “des-
historicização” do tempo, com sua despolitização da vida, com
seu messianismo consumista, com a entronização da economia
28 de mercado como uma “fatalidade” natural, irreversível, fora da
qual não há possibilidades, com um *laissez faire* que significa
exclusão.

Francisco Alencar. **Para humanizar o bicho homem**. In: Francisco Alencar (Org.).
Direitos mais humanos. Brasília: Garamond, 2006. p. 17-31 (com adaptações).

No que se refere às ideias, à organização, bem como aos aspectos gramaticais do texto acima, julgue os itens de **1 a 11**.

- 1 No trecho “não mais do que três centenas” (ℓ.18-19), o emprego de palavra de negação e da expressão “três centenas”, em vez de **trezentos grupos**, atenua o tom de denúncia que predomina no período em que o trecho está inserido.
- 2 O trecho “vão do setor produtivo industrial ao setor financeiro, passando pela publicidade e pelas comunicações” (ℓ.19-21) pode, sem prejuízo para a correção gramatical e a interpretação do texto, ser reescrito da seguinte maneira: incluem setores desde o produtivo industrial até o financeiro e transitam pelos da publicidade e das comunicações.
- 3 De acordo com a argumentação do texto, os ‘considerandos’ (ℓ.2) representariam — no que se refere a “tudo o que (...) a humanidade deixou de fazer” (ℓ.4-5) — um preâmbulo explicativo e, assim, justificariam o fato de a declaração ser considerada também “uma denúncia” (ℓ.3-4).
- 4 Mantendo-se os sinais de pontuação empregados no trecho, a estrutura sintática “com um preâmbulo de sete ‘considerandos’ e com trinta artigos” (ℓ.1-2) pode ser substituída, sem prejuízo da correção gramatical, por **contendo um preâmbulo com sete ‘considerandos’ e trinta artigos**.

5 A oração “A declaração não previu” (ℓ.10) poderia ser corretamente reescrita da seguinte forma: Na declaração, não se previu.

6 Atenderia à norma gramatical a substituição da forma verbal “há” (ℓ.29) por **existem**.

7 De acordo com o texto, a inclusão do “direito das nações de regulamentarem os investimentos externos e de se protegerem contra a especulação internacional, que fragiliza e subordina economias nacionais” (ℓ.15-17) na declaração a corrigiria quanto ao lapso temporal.

8 É coerente com a argumentação do texto relacionar “novas demandas” (ℓ.9) a enfraquecimento dos países, em decorrência da transnacionalização do capital.

9 A expressão “messianismo consumista” (ℓ.27) modifica o termo “despolitização da vida” (ℓ.26).

10 Preservam-se a correção gramatical e o sentido original do texto ao se substituir “sem controle” (ℓ.12) por **aleatoriamente**.

11 A correção gramatical do texto seria mantida caso o trecho “Não é admissível” (ℓ.17-18) fosse substituído por **Não se admitem**.

Julgue os itens a seguir, que se referem às normas de redação oficial e da língua escrita padrão.

12 Estaria gramaticalmente correto e atenderia às normas de redação oficial o seguinte texto escrito por servidor público de um tribunal: No Parágrafo único, do Art. 198, título V, dispõe que o Vice-Presidente do Tribunal vai solicitar que sejam colocados servidores à sua disposição para auxiliar nos trabalhos de organização, revisão e preparo da revista.

13 Se a administração de um tribunal resolvesse editar portaria que atendesse a determinação constante no Título V do seu Regimento Interno, que trata da Galeria dos Presidentes, o texto abaixo estaria adequado, pois atende às normas de redação oficial e está gramaticalmente correto.

RESOLVE

DESIGNAR, João de Sousa Dias para compor COMISSÃO que efetuará estudos de fotografias e após, apresentará Projeto de AFIXAÇÃO de fotos presidenciais para integrar o espaço da Galeria dos Presidentes.

14 Memorando, ofício e aviso, expedientes da comunicação oficial que servem ao mesmo propósito funcional, são usados, geralmente, no padrão formal denominado “padrão ofício”, em virtude de poderem adotar a mesma diagramação na distribuição das partes.

1 No século XIX, enfatizou-se, nos mais diversos
domínios, a busca de explicações sobre as origens — dos
homens, das sociedades, das nações. Foi dentro desse quadro
4 que se procurou conhecer e dar sentido explicativo ao Brasil,
enfatizando-se ora aspectos selvagens e naturais, ora aspectos
civilizados — civilização *versus* barbárie.

7 À natureza se conferiu papel importante nas
representações que foram sendo elaboradas ao longo de sua
história — natureza em grande parte tropical, que, ao mesmo
10 tempo em que seduz, desconcerta. Ora, se o mundo civilizado
é visto como distante e pensado como contraponto ao mundo
natural, o Brasil, consideradas a sua natureza e a sua população
13 em meio a essa natureza, encontrava-se perigosamente afastado
da civilização.

O ponto de partida desse enfoque tomou como
16 contraposição dominante os polos estabelecidos a partir de
cidade e campo — luz e treva, civilização e barbárie, oposição
que faz parte, também, de um contexto mais amplo, com a
19 identificação da cidade com técnica e artificialidade —, a
cidade como expressão do maior domínio da natureza pelo
homem, espaço diferenciado, destinado ao exercício da
civilidade; o campo como símbolo da rusticidade, do não
22 inteiramente civilizado, espaço intermediário entre a civilização
e o mundo natural propriamente dito.

25 Ora, se o campo se encontra mais perto do natural,
pode ser associado à paz, à inocência, à virtude, a cidade,
então, por sua vez, seria a expressão de “barbárie” — e isso
28 deriva do entrelaçamento de significados que podem ser
atribuídos aos qualificativos, ou seja, aos polos, a depender do
sentido que se lhes atribui ou ao sentimento a eles associado,
31 ou, ainda, ao que está, momentaneamente, sendo entrevisto.
As formas de representação realizam outras mediações,
constituem outras projeções e, carregadas de dubiedade e
34 ambivalência, podem alcançar o homem (cidade *versus* campo;
intelecto *versus* coração; razão *versus* sensibilidade), o povo,
a Nação. No século XIX, o Brasil foi representado como um
37 verdadeiro caleidoscópio.

Márcia Regina Capelar Naxara. *Cientificismo e sensibilidade romântica*.
Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2004, p. 24-35 (com adaptações).

Com relação ao texto acima, julgue os itens de 15 a 24.

- 15 Atenderia à prescrição gramatical o emprego, na linha 1, da
forma verbal **foi enfatizada**, em vez de “enfatizou-se”.
- 16 No período iniciado na linha 10 e no iniciado na linha 25, são
usados elementos que introduzem implicação lógica para
falsar o conteúdo das proposições.
- 17 Acarretaria alteração de sentido e prejuízo para a correção
gramatical do texto o emprego da vírgula antes da palavra
“que” no trecho “oposição que faz parte” (l.17-18).

18 Com base na relação de significado que “cidade” (l.17) e
“campo” (l.17) mantêm entre si e com “natureza” (l.7), seria
coerente com a argumentação do texto estender os sentidos
associados às representações “civilização” *versus* “barbárie”,
na linha 17, ao par **homem do campo e homem da cidade**.

19 Mantêm-se a correção gramatical e o sentido original do texto
ao se substituir “podem ser atribuídos aos qualificativos”
(l.28-29) por **atribuem aos qualificativos**.

20 A estrutura sintática “constituem outras projeções” (l.33) pode
ser substituída, mantendo-se a correção gramatical e o sentido
original do texto, por **constituindo projeções**.

21 O emprego de acento gráfico no vocábulo “barbárie” deve-se
à mesma regra que se observa no emprego de acento em
“caleidoscópio”.

22 O texto comenta a situação do país, refutando, em sua análise,
pressupostos — em sua maioria, inscritos, no texto, por meio
de pares opositivos — acerca do caráter do povo brasileiro.

23 Mesmo relatando aspectos subjetivos, o que é feito a partir de
um enfoque classificatório ou tipológico, embasado em
aspectos históricos e literários, o texto se apresenta
essencialmente objetivo.







24 Os trechos “se o mundo civilizado é visto como distante e
pensado como contraponto ao mundo natural” (l.10-12) e
“um verdadeiro caleidoscópio” (l.36-37) reforçam a ideia de
dubiedade do enfoque com que se procurou dar um sentido
explicativo ao Brasil, no século XIX, o que denunciaria o
caráter não científico do texto.

Acerca dos sistemas operacionais, dos aplicativos de edição de
textos, das planilhas e apresentações nos ambientes Windows e
Linux, julgue os itens de 25 a 32.

25 Arquivos no formato txt têm seu conteúdo representado em
ASCII ou UNICODE, podendo conter letras, números e
imagens formatadas. São arquivos que podem ser abertos por
editores de textos simples como o bloco de notas ou por
editores avançados como o Word do Microsoft Office ou o
Writer do BOffice.

26 No Windows, um arquivo ou pasta pode receber um nome
composto por até 255 caracteres quaisquer: isto é, quaisquer
letras, números ou símbolos do teclado. Além disso, dois ou
mais objetos ou arquivos pertencentes ao mesmo diretório
podem receber o mesmo nome, pois o Windows reconhece a
extensão do arquivo como diferenciador.

27 Um arquivo cujo nome tem a extensão DOCX contém um
documento criado no Microsoft Word e pode ser aberto
normalmente por qualquer versão desse aplicativo. Esse tipo
de arquivo possui também a versatilidade de permitir a sua
abertura em ambiente Linux, utilizando-se a ferramenta
BrOffice.

- 28 No Excel, o assistente para criação de gráficos pode ser acessado clicando-se a opção Gráfico no menu  ou clicando-se o ícone correspondente  na barra de ferramentas. A seleção dos dados da planilha pode ser feita antes de se ativar o assistente de gráfico ou após.
- 29 No Windows, para excluir um arquivo de um diretório sem que o mesmo seja enviado para a lixeira, é suficiente que o usuário, após selecionar o arquivo no Windows Explorer ou na janela Meu computador, pressione a tecla , em seguida pressione a tecla , com a anterior ainda pressionada, e então confirme clicando Sim na janela que aparecerá; uma outra forma, é arrastando o arquivo para a lixeira, com a tecla  pressionada.
- 30 Em uma planilha em edição no Calc do BrOffice, se uma célula for preenchida com número e, em seguida, a alça de preenchimento dessa célula for arrastada para células seguintes na mesma linha ou coluna, as células serão automaticamente preenchidas com uma sequência numérica iniciada com número digitado.
- 31 No Linux, o diretório raiz, que é representado pela barra /, e o diretório representado por /dev servem para duas funções primordiais ao funcionamento do ambiente: o primeiro é onde fica localizada a estrutura de diretórios e subdiretórios do sistema; o segundo é onde ficam os arquivos de dispositivos de *hardware* do computador em que o Linux está instalado.
- 32 No Writer do BrOffice, ao se clicar com o botão direito do *mouse* o ícone para criação de um novo arquivo, é oferecida a opção de selecionar, por meio de um *menu dropdown*, o tipo de arquivo que se deseja criar. Se o usuário selecionar, por exemplo, criar uma apresentação, o aplicativo Impress será aberto automaticamente para a criação de uma apresentação.
-
- Julgue os itens a seguir, relativos a conceitos e modos de utilização da Internet e de *intranets*, assim como a conceitos básicos de tecnologia e segurança da informação.
- 33 Considere a estrutura do seguinte URL hipotético: **www.empresahipotetica.com.br**. Nessa estrutura, os caracteres **br** indicam que o endereço é de uma página de uma organização brasileira e os caracteres **com** indicam que o sítio *web* é de uma empresa especializada no comércio e(ou) na fabricação de computadores.
- 34 No Windows XP, o gerenciamento de conexões de rede, presente no *menu* Iniciar ou também por meio da opção de Conexões de rede via Acessórios – Comunicações, permite ao usuário configurar dados do protocolo TCP/IP nas conexões de rede existentes, configurar uma rede local doméstica ou também fazer as configurações do Firewall do Windows.
- 35 O protocolo SMTP permite que sejam enviadas mensagens de correio eletrônico entre usuários. Para o recebimento de arquivos, podem ser utilizados tanto o protocolo Pop3 quanto o IMAP.
- 36 Se um usuário enviar um *email* para outro usuário e usar o campo cc: para enviar cópias da mensagem para dois outros destinatários, então nenhum destinatário que receber a cópia da mensagem saberá quais outros destinatários também receberam cópias.
- 37 No Internet Explorer 8 (IE8), ao se clicar o botão , é iniciado o carregamento da mesma página que é exibida quando o IE8 é iniciado. O IE8 possui funcionalidade que permite que o usuário redefina qual deve ser essa página.
- 38 No governo e nas empresas privadas, ter segurança da informação significa ter-se implementado uma série de soluções estritamente tecnológicas que garantem total proteção das informações, como um *firewall* robusto que filtre todo o tráfego de entrada e saída da rede, um bom *software* antivírus em todas as máquinas e, finalmente, senhas de acesso a qualquer sistema.
- 39 No sítio *web* google.com.br, se for realizada busca por “**memórias póstumas**” — com aspas delimitando a expressão **memórias póstumas** —, o Google irá realizar busca por páginas da Web que contenham a palavra **memórias** ou a palavra **póstumas**, mas não necessariamente a expressão exata **memórias póstumas**. Mas se a expressão **memórias póstumas** não foi delimitada por aspas, então o Google irá buscar apenas as páginas que contenham exatamente a expressão **memórias póstumas**.
- 40 Um *hub* é um equipamento que permite a integração de uma ou mais máquinas em uma rede de computadores, além de integrar redes entre si, com a característica principal de escolher qual é a principal rota que um pacote de dados deve percorrer para chegar ao destinatário da rede.

RASCUNHO

Suponha que determinado partido político pretenda ter candidatos próprios para os cargos de governador, senador e deputado federal e que tenha, hoje, 5 possíveis nomes para o cargo de governador, 7 para o cargo de senador e 12 para o cargo de deputado federal. Como todos os pré-candidatos são muito bons, o partido decidiu que a escolha da chapa (governador, senador e deputado federal) será por sorteio. Considerando que todos os nomes têm chances iguais de serem escolhidos, julgue os itens seguintes.

- 41 Caso João e Roberto sejam pré-candidatos ao cargo de senador e Maria e Ana sejam pré-candidatas ao cargo de deputado federal, a chance de que a chapa sorteada tenha qualquer um desses nomes será maior que 49%.
- 42 A probabilidade de uma chapa ser sorteada é maior que $\left(\frac{1}{20}\right)^2$.
- 43 Considerando que José seja um dos pré-candidatos ao cargo de governador, a probabilidade de que José esteja na chapa sorteada será maior que 0,1.
- 44 Considerando que Mariana seja pré-candidata ao cargo de governador e Carlos seja pré-candidato ao cargo de senador, então a probabilidade de que a chapa sorteada ou não tenha o nome de Maria ou não tenha o nome de Carlos será inferior a 0,75.

O sustentáculo da democracia é que todos têm o direito de votar e de apresentar a sua candidatura. Mas, enganoso é o coração do homem. Falhas administrativas e maior tempo no poder andam de mãos dadas. Por isso, todos precisam ser fiscalizados. E a alternância no poder é imprescindível. Considerando o argumento citado, julgue os itens subsequentes.

- 45 A afirmação “E a alternância no poder é imprescindível” é uma premissa desse argumento.
- 46 Esse é um argumento válido.
- 47 A sentença “Falhas administrativas e maior tempo no poder andam de mãos dadas” é uma premissa desse argumento.

Uma empresa incentiva o viver saudável de seus funcionários. Para isso, dispensa mais cedo, duas vezes por semana, aqueles envolvidos em alguma prática esportiva. Aproveitando a oportunidade, Ana, Bia, Clara e Diana decidiram se associar a uma academia de ginástica, sendo que escolheram atividades diferentes, quais sejam, musculação, ioga, natação e ginástica aeróbica. O intuito é manter a forma e, se possível, perder peso. No momento, o peso de cada funcionária assume um dos seguintes valores: 50 kg, 54 kg, 56 kg ou 60 kg. O que também se sabe é que:

- (a) Ana não faz musculação e não pesa 54 kg.
 (b) Bia faz ioga e não tem 50 kg.
 (c) A jovem que faz musculação pesa 56 kg e não é a Clara.
 (d) A jovem com 54 kg faz natação.

Com base nessas informações, é correto afirmar que

- 48 o peso de Ana é 56 kg.
 49 Diana faz musculação.
 50 Bia é mais pesada que Clara.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Julgue os itens a seguir, acerca da Constituição Federal de 1988 (CF).

- 51 A República Federativa do Brasil rege-se, nas suas relações internacionais, entre outros, pelos princípios dos direitos humanos, da autodeterminação dos povos, da igualdade entre os Estados, da defesa da paz, da solução pacífica dos conflitos, do repúdio ao terrorismo e ao racismo, da cooperação entre os povos para o progresso da humanidade, do duplo grau de jurisdição, da concessão de asilo político e da independência funcional.
- 52 As normas constitucionais de eficácia contida ou relativa restringível têm aplicabilidade plena e imediata, mas podem ter eficácia reduzida ou restringida nos casos e na forma que a lei estabelecer.
- 53 Pelo princípio da máxima efetividade ou da eficiência, a interpretação constitucional deve ser realizada de maneira a se evitem contradições entre as normas da CF.
- 54 No controle de constitucionalidade por via de exceção, a inconstitucionalidade não diz respeito diretamente ao objeto principal da lide, mas, sim, à questão prévia, tida como indispensável ao julgamento de mérito. Em razão disso, a decisão tem efeito *inter partes*, já que o ato normativo ou a lei permanecem válidos e com força obrigatória em relação a terceiros.

No que concerne aos direitos e às garantias fundamentais, julgue os itens que se seguem.

- 55 Certa vez, em discurso no Parlamento britânico, Lord Chatan afirmou: “O homem mais pobre desafia em sua casa todas as forças da Coroa. Sua cabana pode ser muito frágil, seu teto pode tremer, o vento pode soprar entre as portas mal ajustadas, a tormenta pode nela penetrar, mas o rei da Inglaterra não pode nela entrar”. Essa assertiva desnuda o direito fundamental da inviolabilidade de domicílio que, no Brasil, somente admite exceção — permitindo que se adentre na casa do indivíduo, sem seu consentimento — no caso de flagrante delito ou desastre ou para prestar socorro, ou, ainda, por determinação judicial durante o dia, e, à noite, na hipótese de flagrante delito ou desastre ou para prestar socorro.
- 56 São brasileiros natos aqueles nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que venham a residir no Brasil e optem, no período máximo de dois anos, pela nacionalidade brasileira.
- 57 O voto, que deve ser exercido de forma direta, apresenta os caracteres constitucionais de personalidade, obrigatoriedade, liberdade, sigilosidade, igualdade e periodicidade. A igualdade revela-se no fato de que todos os cidadãos têm o mesmo valor no processo eleitoral.
- 58 Compete à justiça comum o processo e o julgamento de ações de indenização por dano moral decorrente de acidente do trabalho propostas por empregado contra empregador.
- 59 Na impetração do *habeas data*, o interesse de agir configura-se diante do binômio utilidade-necessidade dessa ação constitucional, independentemente da apresentação da prova da negativa da via administrativa.
- 60 O duplo grau de jurisdição consubstancia garantia constitucional.

Com relação à organização político-administrativa do Estado brasileiro e quanto aos Poderes Executivo e Legislativo, julgue os próximos itens.

- 61 Matéria referente a nacionalidade e a cidadania pode ser objeto de lei delegada.
- 62 O Tribunal de Contas da União, órgão ao qual incumbe a prática de atos de natureza administrativa concernentes à fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União, é subordinado ao Poder Legislativo, do qual é órgão auxiliar e de orientação.
- 63 Constitui competência concorrente entre União, estados e Distrito Federal legislar sobre águas, energia, informática, telecomunicações e radiodifusão.
- 64 Se o presidente da República atentar contra o exercício dos direitos políticos, individuais e sociais estará praticando ato que caracteriza crime de responsabilidade.

Em relação aos princípios administrativos e aos serviços públicos, julgue os itens que se seguem.

- 65 A possibilidade de encampação da concessão de serviço público constitui um dos exemplos da aplicação do princípio da continuidade do serviço público.
- 66 O princípio da imutabilidade do regime jurídico é inerente ao regime jurídico dos serviços públicos, razão pela qual os usuários do serviço público e os contratados pela administração têm direito adquirido à manutenção de determinado regime jurídico.

Julgue os itens subsequentes, relativos aos poderes administrativos, à organização administrativa e aos atos administrativos.

- 67 As pessoas jurídicas de direito privado integrantes da administração indireta não podem participar da composição do capital de empresas públicas, já que o capital dessas empresas é inteiramente público.
- 68 Segundo a doutrina, o poder de polícia tanto pode ser discricionário quanto vinculado.
- 69 Os atos administrativos cujos efeitos se exauriram não podem ser revogados, visto que a revogação não retroage, limitando-se a impedir que o ato continue a produzir efeitos.

Julgue o item abaixo, acerca da classificação dos órgãos públicos.

- 70 Quanto à posição estatal, as secretarias estaduais e as municipais são consideradas órgãos públicos subalternos.

No que se refere a servidores públicos e ao regime jurídico dos servidores civis da União, julgue os itens subsecutivos.

- 71 Função, cargo e emprego público são unidades de atribuições para as quais a investidura somente pode dar-se mediante prévia aprovação em concurso público, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.
- 72 É assegurado ao servidor o exercício do direito de petição, sendo cabível pedido de reconsideração à autoridade que houver expedido o ato ou proferido a primeira decisão; não se admite, contudo, a renovação do pedido de reconsideração.

De acordo com o que estabelece a lei que regulamenta o processo administrativo no âmbito da administração pública federal, julgue o próximo item.

73 O administrado tem o direito de ter ciência da tramitação dos processos administrativos nos quais figure na condição de interessado, bem como o direito de ter vista dos autos e o de obter cópias de documentos neles contidos, mediante autorização prévia da autoridade hierarquicamente superior.

Acerca de controle administrativo, julgue o item seguinte.

74 O recurso hierárquico impróprio deve ser dirigido à autoridade de outro órgão não integrado à mesma hierarquia do órgão que proferiu o ato.

Considerando as provas no processo do trabalho, julgue os itens a seguir.

75 Considere que Cássio tenha entrado com ação trabalhista que postule a condenação do seu ex-empregador ao pagamento de indenização correspondente ao vale-transporte relativo a todo o pacto laboral, o qual durou onze meses. Nesse caso, cabe a Cássio o ônus de comprovar que, durante o período laboral, satisfaz os requisitos indispensáveis à obtenção do vale-transporte.

76 Considere uma empresa cujo quadro funcional sempre tenha sido constituído de seis a oito funcionários e que um desses empregados tenha ajuizado ação trabalhista contra ela, postulando o pagamento de horas extras. Nessa situação, recai sobre a empresa o ônus de apresentar os controles de frequência desse empregado, e a não apresentação desses controles gera presunção relativa de veracidade da jornada de trabalho, que pode ser elidida por prova em contrário.

Considerando as partes e o *jus postulandi* no processo do trabalho, julgue os próximos itens.

77 Desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, o *jus postulandi* não é mais permitido no processo do trabalho.

78 Quando atua na condição de substituto processual, o sindicato o faz em nome próprio, postulando direito alheio.

Em referência a sentença e coisa julgada, julgue os itens a seguir.

79 O juiz extingue a ação processual com julgamento do mérito quando indefere a petição inicial.

80 A sentença que julga total ou parcialmente a lide, acolhendo total ou parcialmente o pedido, faz coisa julgada formal.

Julgue os itens seguintes, considerando o procedimento ordinário e o sumaríssimo.

81 A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) prevê que, no procedimento ordinário, a entrega da defesa deve preceder a primeira proposta de conciliação.

82 No procedimento sumaríssimo, caso o reclamado esteja em local incerto e não sabido, proceder-se-á a citação por edital.

Com relação a duração do trabalho, intervalo e descanso semanal remunerado, julgue os itens subsequentes.

83 De acordo com previsão legal, o cabineiro de elevador, também denominado ascensorista, tem jornada especial de 6 horas diárias e de até 36 horas semanais.

84 O bancário tem como regra dois dias de repouso semanal remunerado, considerando-se previsão de inexistência de trabalho aos sábados e aos domingos.

85 Considere que Jacinto esteja sujeito ao turno ininterrupto de revezamento e tenha trabalhado das 16 horas às 22 horas do sábado e retornado ao trabalho na segunda-feira seguinte para cumprir jornada das 6 horas às 12 horas. Nessa situação, Jacinto não tem direito ao pagamento de hora extra.

Cada um dos itens a seguir apresenta uma situação hipotética seguida de uma assertiva a ser julgada de acordo com o que prevê a CLT no que se refere a férias.

86 Miriam, que em dois meses completará 53 anos, pretende comemorar seu aniversário viajando com seu marido. Com esse objetivo, ela pediu ao seu empregador que fracionasse as férias em dois períodos de quinze dias: o primeiro, a ser usufruído no mês de seu aniversário, e o segundo, no mês de aniversário do seu esposo. Nessa situação, o empregador não pode atender ao pedido de Miriam.

87 Carla presta serviço em regime de tempo parcial, cumprindo 18 horas semanais. Mesmo não tendo faltado a nenhum dia de trabalho no ano relativo ao período aquisitivo, Carla terá direito a somente quatorze dias de férias.

Com base na Lei de Introdução ao Código Civil, julgue os itens que se seguem.

88 Quando determinada lei, antes mesmo de entrar em vigor, tem seu texto corrigido, por meio de nova publicação oficial, considera-se que o prazo de *vacatio legis* começará a correr a partir da primeira publicação.

89 Diante de uma omissão legislativa, o juiz deve decidir o caso de acordo com a analogia, a equidade e os princípios gerais de direito, no entanto, ante a lacuna de lei, é dada ao magistrado a faculdade de se eximir do julgamento da lide.

A respeito das pessoas naturais e jurídicas, julgue os itens subsequentes.

90 Nos termos do Código Civil de 2002, a proteção dos direitos da personalidade aplica-se, indistintamente, às pessoas naturais e às pessoas jurídicas, desde que constituídas na modalidade de associações.

91 A partir de uma interpretação teleológica do artigo 50 do Código Civil de 2002, a jurisprudência tem entendido ser possível a desconsideração inversa da personalidade jurídica, de modo a atingir bens da sociedade em razão de dívidas contraídas pelo seu sócio controlador.

Julgue o item seguinte, acerca dos prazos de prescrição previstos no Código Civil de 2002.

92 Segundo entendimento do Tribunal Superior do Trabalho (TST), o prazo de prescrição de três anos previsto no atual diploma civil é aplicável ao pedido de indenização por dano moral e patrimonial decorrente de acidente de trabalho, desde que a data da ciência da lesão/doença tenha ocorrido após a vigência do atual Código Civil, mas antes da vigência da Emenda Constitucional n.º 45/2004.

Lara e Rafael, representados por sua genitora, ingressaram com ação de alimentos em face de seu pai, Francisco, na cidade de Curitiba, onde moravam. A referida ação havia acabado de ser distribuída para a Terceira Vara de Família de Curitiba/PR, quando Ana, a mãe dos menores, tomou posse em um cargo público em Goiânia/GO, cidade onde, a partir de então, passou a residir com os menores e onde, coincidentemente, Francisco possuía domicílio desde a propositura da ação.

Considerando a situação hipotética acima apresentada e as regras do instituto da competência descritas no Código de Processo Civil (CPC), julgue o item abaixo.

93 Os autos do processo de alimentos não devem ser remetidos para Goiânia/GO, já que o juízo de Curitiba/PR mantém sua competência para o julgamento do feito.

Julgue o item abaixo, com relação às regras para as condições da ação no direito positivo brasileiro.

94 Considere que João obtenha uma sentença de improcedência e, apenas posteriormente ao seu trânsito em julgado, em abril de 2008, tome conhecimento de que o juiz que a proferiu era absolutamente incompetente. Nesse caso, para obter a declaração da nulidade da sentença proferida por juiz absolutamente incompetente, não há qualquer óbice, no ordenamento jurídico, para que João proponha ação declaratória até abril de 2010.

O inciso III do art. 70 do CPC prevê a obrigatoriedade da denunciação da lide àquele que estiver obrigado, por lei ou contrato, a indenizar, em ação regressiva, o prejuízo do que perder a demanda. Com base no entendimento jurisprudencial, julgue o próximo item.

95 Apesar das divergências, tem sido acolhido pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) entendimento que veda a denunciação da lide quando há necessidade de introdução de fundamento novo para sua solução, em uma linha restritiva, portanto, de interpretação do inciso III do art. 70 do CPC.

Considerando que, na condução do processo, o juiz exerça os poderes jurisdicionais e de polícia, julgue o item a seguir.

96 O dever de mandar riscar expressões injuriosas nos escritos apresentados no processo e o de manter a ordem e o decoro na audiência integram o rol dos deveres vinculados ao exercício do poder jurisdicional do juiz.

Considerando os prazos processuais no CPC, julgue o item seguinte.

97 Considere que João e Maria são litisconsortes, mas constituíram diferentes procuradores nos autos contra a Fazenda Pública. Nesse caso, João e Maria terão contado em quádruplo o prazo para recorrerem e em dobro para contestarem e se manifestarem nos autos.

Julgue os itens que se seguem, que versam sobre sentença, coisa julgada, execução e embargos do devedor.

98 Considere que Rosa, que se casará com Otávio, tenha contratado um fotógrafo para fazer o ensaio fotográfico conhecido como prévia dos noivos e que o valor acordado foi pago à vista. Apesar da proximidade da data do casamento, o fotógrafo remarcou, de forma reiterada e injustificadamente, a data da sessão de fotos, razão pela qual Rosa ingressou com uma ação cujo objeto é o cumprimento de obrigação de fazer. Nessa situação, o juiz pode, de ofício, converter a tutela específica da obrigação, ainda passível de obtenção de perdas e danos.

99 A resistência injustificada às ordens judiciais é ato atentatório à dignidade da justiça e à dignidade da jurisdição, portanto é possível a cumulação da sanção referente ao pagamento de multa de até 20% do valor da execução para o exequente com a multa de 20% do valor da causa para o Estado, fato que não caracteriza o *bis in idem*.

100 Nos embargos à execução, decorreram diretamente da Lei n.º 11.382/2006 as mudanças referentes à dispensa de qualquer garantia do juízo para a sua interposição, ao prazo para o seu oferecimento que passou a ser contado da juntada aos autos do mandado de citação e, ao menos como regra geral, à retirada do efeito suspensivo.

Em relação à história da previdência no Brasil, julgue os itens que se seguem.

- 101** As atuais regras constitucionais impedem que os municípios tenham seus próprios institutos de previdência.
- 102** Até a década de 50 do século XX, a previdência social brasileira caracterizava-se pela existência de institutos previdenciários distintos que atendiam a diferentes setores da economia.
- 103** Com a criação do Instituto Nacional do Seguro Social, foram unificados, nesse instituto, todos os órgãos estaduais de previdência social.

Julgue os itens a seguir, no que se refere ao regime geral de previdência social (RGPS) e ao regime do servidor público.

- 104** Um servidor efetivo de determinado município que esteja em pleno exercício de seu cargo será obrigatoriamente filiado a pelo menos um regime previdenciário, quer seja o geral se não houver regime próprio, quer seja o dos servidores daquele município, se houver.
- 105** Apesar de serem pessoas jurídicas de direito público, os estados que não tiverem regime próprio de previdência social devem contribuir para o RGPS.

Julgue os itens subsequentes, relativos ao regime previdenciário do servidor público que exerce cargo em comissão.

- 106** Se uma pessoa que exerce cargo em comissão for também servidor efetivo do mesmo órgão federal, deve contribuir para o regime do servidor federal com base no total de sua remuneração.
- 107** O servidor estadual que ocupa apenas um cargo em comissão em órgão estatal deve ser obrigatoriamente contribuinte do RGPS se o estado no qual é servidor não lhe oferecer cobertura previdenciária.

No que concerne à previdência privada e à relação entre os sistemas públicos de previdência, julgue os itens subsequentes.

- 108** A ação do Estado em relação aos planos de previdência privada tem, entre outras, a função de fiscalizar as entidades de previdência complementar e as suas operações e, ainda, a função de proteger os interesses dos participantes e assistidos dos planos de benefícios.
- 109** É vedado aos planos de benefício de instituições de previdência privada de órgãos federais receber recursos da União.
- 110** O regime de previdência privada tem como características ser facultativo e de natureza complementar.

A respeito da organização e direção do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 21.^a Região, bem como do funcionamento do Tribunal Pleno, julgue os itens a seguir.

- 111** Considere que um desembargador tenha tomado posse como vice-presidente do TRT/21.^a Região em 5 de agosto, mas tenha vindo a falecer no dia 10 seguinte. Nesse caso, deverá ser realizada nova eleição para preenchimento da vaga, cabendo ao eleito cumprir o tempo restante do mandato do antecessor.
- 112** Na formação do *quorum* mínimo do Tribunal Pleno, não se inclui o presidente.
- 113** Caso dois dos desembargadores presentes em sessão de julgamento do Tribunal Pleno forem primos, o primeiro a votar excluirá a participação do outro no julgamento.

Acerca da convocação de juízes e da ordem do serviço no TRT/21.^a Região, julgue os itens que se seguem.

- 114** Em uma sessão de julgamento, caso o relator do processo seja vencido, findo o julgamento, o presidente deverá proclamar a decisão e redigir o acórdão.
- 115** Caso esteja com acúmulo de processos conclusos fora do prazo para prolação de sentença, o juiz titular de vara do trabalho não deve ser convocado em hipótese de afastamento de desembargador por mais de trinta dias.
- 116** Caso se dê entrada em recurso de especial por fax, será considerada como data de seu protocolo a data da recepção do fax pelo TRT/21.^a Região, devendo o original do recurso ser apresentado ao tribunal nos cinco dias seguintes.
- 117** Em processo que discuta matéria de cunho administrativo, o presidente do TRT/21.^a Região será o relator nato.

Com relação aos processos no TRT/21.^a Região, bem como ao pessoal administrativo e à revista do tribunal, julgue os itens subsequentes.

- 118** O julgamento do mandado de segurança impetrado contra ato praticado por juiz titular de vara do trabalho é de competência do Tribunal Pleno.
- 119** Cabe ao vice-presidente do TRT/21.^a Região selecionar matéria destinada à publicação na revista do tribunal, a qual pode incluir manifestação literária, editada pela escola judicial.
- 120** Servidor ocupante de cargo em comissão submete-se ao regime da dedicação integral ao serviço e pode ser convocado sempre que houver interesse da administração, desde que não ultrapasse o limite de quarenta horas semanais.